



PROGRAMA ACESSUAS CONFIGURAÇÃO E POSSIBILIDADES

Trabalho desenvolvido em parceria com os gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José da Lapa (MG), no âmbito da disciplina Laboratório de Políticas Públicas, ministrada no Curso de Gestão Pública no segundo semestre de 2018.

Belo Horizonte

2018



Equipe Técnica

Ágata Moura Machado
Bernardo Gomes de Souza Teixeira
Mateus Senna Franco
Thiago Morais Moreira
Wagner Felipe Patrício Maia

Orientação

Prof.^a Geralda Luiza de Miranda (Departamento de Ciência Política-FAFICH)
Danúbia Zanetti (Programa de Pós Graduação em Ciência Política-FAFICH)

Belo Horizonte
2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS.....	05
3. BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DO ACESSUAS	06
4. APONTAMENTOS PRELIMINARES PARA O PROJETO DE INTERVENÇÃO - PÚBLICO DO PROGRAMA	08
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
6. REFERÊNCIAS.....	12

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi desenvolver habilidades em parceria com gestores municipais, colocando em prática os conhecimentos acumulados ao longo do curso de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, diante de demandas reais trazidas pelos municípios.

A demanda que o município apresentou foi em relação a Captação e Execução de Recursos da Secretaria de Desenvolvimento Social, utilização de verbas específicas de transferências do fundo federal e estadual de acordo com as necessidades do município, adequação para os recursos já recebidos e busca de novos, tendo em vista que as demandas são grandes.

Este relatório apresenta o produto: Acessuas Configuração e Possibilidades. O município aderiu ao programa Acessuas Trabalho junto ao Governo Estadual, e uma das possibilidades de financiamento é a apresentação do projeto para executar os recursos, articulando e integrando com políticas públicas do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Este produto tem a intenção de apresentar ao município a regulamentação do Programa Acessuas, sua normatização, exemplos de boas práticas e instrumentos de metodologia participativa de planejamento público, para orientar os gestores na elaboração do projeto. Sugere a execução do projeto voltado para o desenvolvimento da economia solidária, porém é apenas um guia, não se sabe se ao aplicar a metodologia participativa de planejamento público será essa a vocação que aparecerá junto aos beneficiários do programa.

2. CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS

Criada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em 2012, por meio da Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012 e posteriormente alterada pelas Resoluções nº 27 de 14 de outubro 2014, nº 25 de 12 de dezembro de 2016 e nº 25 de 15 de Dezembro de 2016, o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho na busca pela **promoção da integração ao mundo do trabalho** que constitui um dos objetivos da Política de Assistência Social, como determina a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 em seu artigo 2º, inciso I, alínea c.

O Programa Acessuas Trabalho tem como objetivo geral “Promover a integração dos usuários da Política de Assistência Social ao mundo do trabalho por meio da articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho.” Conforme Resolução nº 25, de 15 de dezembro de 2016. Quanto as ações do Programa, a mesma Resolução determina que:

VI – São ações do Programa:

A execução das ações do Programa deverá ser orientada pelo diagnóstico socioterritorial e poderá se dar, de forma itinerante, entre as unidades de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, existentes no município.

- a) **articular** com as políticas públicas setoriais a fim de mapear as oportunidades presentes no território;
- b) **identificar, mobilizar, sensibilizar e encaminhar** os usuários para o acesso ao Programa;
- c) **integrar** as ações do PAIF;
- d) **realizar** oficinas temáticas para desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho;
- e) **analisar** as potencialidades, saberes e áreas de interesse do usuário em relação ao mundo do trabalho;
- f) **articular** as ações do Programa com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas;
- g) **encaminhar** o usuário para as oportunidades do mundo do trabalho;
- h) **monitorar** o percurso do usuário no mundo do trabalho integrado aos serviços socioassistenciais;
- i) **registrar** as ações realizadas.

O Programa visa, portanto, promover o acesso dos usuários da assistência social às oportunidades de inclusão produtiva presentes no território. Considerando a amplitude do conjunto de ações previstas no programa, nota-se que a articulação entre os membros da equipe envolvida diretamente, assim como com outros órgãos e entidades da administração pública é elemento fundamental para que o programa cumpra com seu objetivo.

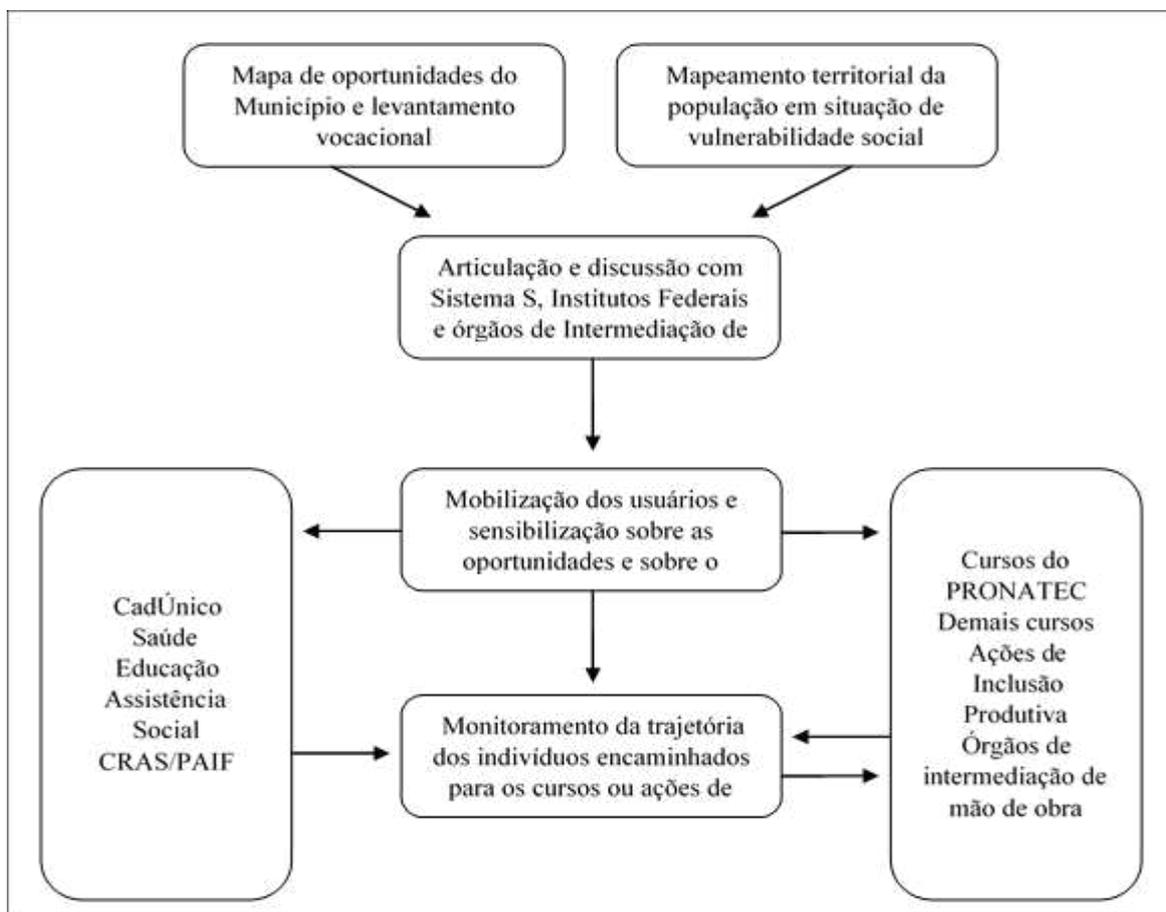
3. BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DO ACESSUAS

O grupo buscou nas políticas realizadas pela SEDESE e pelo Governo do Estado de Minas Gerais, alguns exemplos de boas práticas relacionadas ao ACESSUAS Trabalho, e políticas públicas de acesso ao mundo do trabalho. Atualmente, as principais políticas voltadas à área do trabalho apontam para duas direções: Promoção de Emprego e Inclusão Produtiva.

As pesquisas sobre políticas públicas acerca do tema Trabalho em geral apontam inicialmente para a mesma direção: capacitação. É necessário capacitar a população no sentido técnico e também enquanto o seu exercício da cidadania. Será necessário atribuir ao beneficiário algum tipo de trabalho, que pode se dar através de empregos formais ou através do empreendedorismo.

Durante a leitura do Programa Nacional ACESSUAS Trabalho, levando em conta o tamanho e diversidade do município de São José da Lapa, sugerimos o desenvolvimento da Economia Solidária no município, com foco em sua independência ao longo do tempo e emancipação de seus beneficiários.

Fluxograma 1: ACESSUAS Trabalho



Fonte: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Observando o Fluxograma 1, vemos que devemos identificar uma oportunidade de financiamento e definir um ramo para os beneficiários atuarem. Sugerimos utilizar cursos de capacitação que já existam na cidade, para um uso mais eficiente dos recursos já utilizados. Parcerias com municípios próximos como Belo Horizonte e Vespasiano são uma boa opção para ampliar o público e tornar a política mais produtiva.

Caso necessário, é interessante investir em um curso de capacitação, para que o beneficiário possa trabalhar não apenas nos eventos relacionados à Economia Solidária, mas possa também comercializar seus produtos em sua comunidade, gerando não apenas alguma renda, mas também convívio social, sentimento de utilidade e perspectiva de progresso.

4. APONTAMENTOS PRELIMINARES PARA O PROJETO DE INTERVENÇÃO - PÚBLICO DO PROGRAMA

Populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social com idade entre 14 e 59 anos, com prioridade para usuários de serviços, projetos e programas de transferência de renda socioassistenciais, em especial:

- ✓ Pessoas com deficiência;
- ✓ Jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- ✓ Pessoas inscritas no CADÚNICO;
- ✓ Adolescentes e jovens no sistema socioeducativo e egressos;
- ✓ Famílias com presença de trabalho infantil;
- ✓ Famílias com pessoas em situação de privação de liberdade;
- ✓ Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;
- ✓ População em situação de rua;
- ✓ Adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos;
- ✓ Indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência do tráfico de drogas;
- ✓ Indivíduos egressos do sistema penal;
- ✓ Beneficiários do Bolsa Família;
- ✓ Pessoas retiradas do trabalho escravo;
- ✓ Mulheres vítimas de violência;
- ✓ Jovens negros em territórios do Plano Juventude Viva
- ✓ Povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT;

Uma etapa importante é definir o público do programa. Sugerimos que estas sejam as pessoas inscritas no CADÚNICO, devido à disponibilidade e credibilidade dos dados, simplificando a execução da política, com o cuidado de buscar abranger ao máximo, incluindo também grupos em situação de risco mesmo que ainda não inscritas, também os auxiliando na realização do cadastro.

No caso de grupos mais definidos, como comunidades tradicionais, é possível realizar concomitantemente um amplo trabalho no sentido de disseminar conhecimento sobre essas populações, desenvolvendo além da questão do trabalho, também do preconceito e autoestima. A proposta é entrevistar não só os membros da população específica, mas também todos os stakeholders de sua existência enquanto membro de um grupo. Podem ser funcionários públicos de

secretarias ligadas às suas causas, vizinhos, comunidades religiosas e até mesmo grupos que já tiveram algum tipo de conflito.

Esse método é conhecido como o quarto instrumento metodológico participativo, e possibilita diversas outras técnicas como por exemplo o quinto instrumento, ou micro-arena, que consiste em reunir todos os entrevistados, na própria comunidade, com apresentação dos dados levantados e para que de fato se compreendam melhor e vençam as primeiras impressões.

Realizar a capacitação dos usuários pode ser uma das etapas mais custosas, mas é também a mais importante, por permitir ao usuário adquirir o conhecimento de um ofício, que pode ser útil por toda a vida. É positivo que o usuário deixe de participar depois de algum tempo para seguir por conta própria, e propicie uma rotatividade periódica emancipatória. Essa etapa é conhecida no ramo das Metodologias Participativas como o sexto instrumento metodológico, fundamental para criar condições de trabalho e geração de renda.

Aprender algo novo é comprovadamente benéfico ao cérebro, podendo tornar mais longa a vida ativa da população, além de possibilitar a criação de laços, positivos para a organização política e social da comunidade, que se torna mais consciente do coletivo, além de dar uma possibilidade além do mercado de trabalho, com caráter empreendedor.

Devido à impossibilidade normativa de realizar uma capacitação contínua, sugerimos a utilização de workshops, já dividindo as funções e encaminhando os beneficiários apenas às exposições voltadas à sua função. Acreditamos que essa opção valorizaria princípios fundamentais da gestão pública como eficiência e economicidade, além de se manter de acordo com o que a lei permite.

É importante valorizar o conhecimento do trabalhador local, ao invés de concentrar recursos em alternativas dispendiosas, como algumas palestras motivacionais. Valorizar oficineiros e profissionais conhecidos pelos usuários proporcionará maior identificação, tornando o trabalho mais estável, além de exercer um bom uso do recurso.

O projeto permite oportunidades também para trabalhadores do ramo alimentício, além de prestadores de serviços. É importante frisar o caráter de cooperativa, de membros de objetivos alinhados, finalidade mercantil e discutir pautas como se o pagamento será dividido de acordo com o lucro final. O projeto é participativo e democrático, não é exploratório contra o trabalhador ou o meio ambiente e deve ter compromisso com os desenvolvimentos regional e social. O oitavo instrumento metodológico também será utilizado para trabalhar a construção de uma rede de apoio para as atividades do grupo, em busca de comercializar seus produtos. Recursos que colaboram para a eficiência como a Internet devem ser amplamente utilizados.

Segundo Vinícius Gonçalves, “a economia solidária, quando empregada de forma efetiva em uma região, faz com que todos se desenvolvam profissionalmente e aprendam mais de acordo com a

atividade desenvolvida na região. Assim, os jovens podem aprender com os mais experientes e reforçar a atividade que gera renda e desenvolvimento local. Essa é a base da economia solidária. Ela é, portanto, alternativa valiosa para o desenvolvimento de uma região que vive em contraste com regiões desenvolvidas. Essas regiões podem estar no campo ou cidades, mas têm a característica de pertencer à mesma desigualdade social, por isso ações de desenvolvimento local são empreendidas em favelas de grandes cidades, bairros em que o desemprego é latente e outras realidades sociais. Elas encontram na economia solidária uma maneira de sair do anonimato social em que vivem e existirem como comunidades capazes de gerar renda, aprendizado e desenvolvimento”. A realização de eventos junto à economia solidária pode ser positiva para vários grupos, principalmente se construídos junto aos eventos culturais da cidade, para que ambos mutuamente se fortaleçam. A política tem um caráter multidisciplinar, sua existência afeta diversos âmbitos e melhora vidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária é um modelo de Política Participativa, construída junto à população, que levanta suas reais necessidades e questões, sendo uma política mais efetiva, pois é construída com a participação dos beneficiários. Foi amplamente utilizada pelo Governo de Minas Gerais nos últimos anos, sendo um exemplo de política, mudando a vida de pessoas, e com a possibilidade de realização de diversos eventos durante o ano e de grande adaptabilidade em relação aos espaços disponíveis. Existe um grande material teórico sobre o tema desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano – NESTH-UFMG nos quais podemos nos apoiar teoricamente.

A construção da política se dará junto à população, portanto, não podemos impor detalhes, apenas sugerir um plano de ação para orientar a construção do trabalho, mas destacamos o caráter maleável, pois consideramos a participação dos usuários fundamental para a construção da política.

6. REFERÊNCIAS

Resolução nº 13, de 04 de junho de 2018. **Aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho para o exercício de 2018 e altera a Resolução nº 18, de 14 de maio de 2012.** Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>.

Resolução Nº 18, de 24 de maio de 2012. **Institui Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho.** Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>.

Resolução Nº 24, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o art. 3º da Resolução CNAS nº17/2014, e aprova as metas e critérios de partilha para o Cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho.** Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>.

Resolução Nº 25, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Anexo da Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012.** Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>.

Resolução Nº 27, de 14 de outubro de 2014. **Altera a Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012 que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho.** Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>.

Resolução nº 3, de 19 de abril de 2017 - **Aprova o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Programa Acessuas Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social.** Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>.

SNAS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário Secretaria Nacional de Assistência Social. **Acessuas Trabalho: Caderno de Orientações básicas.** Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno_Orientacoes_ACESSUAS_fev17.pdf>